

A PRIMEIRA FRENTE DE OPOSIÇÃO À DITADURA MILITAR PORTUGUESA: A LIGA DE DEFESA DA REPÚBLICA OU LIGA DE PARIS

ANTÓNIO LUÍS PINTO DA COSTA

1. A derrota de Fevereiro e a sua fundação

Levada a cabo para pôr fim à Ditadura Militar e restaurar a República democrática e parlamentar, nos termos da Constituição de 1911, a revolta militar de Fevereiro de 1927, iniciada no Porto a 3 e secundada em Lisboa a 7, foi dominada pelas forças governamentais, após sangrentos dias de combate, a 7 e a 9, respectivamente. Aceite a rendição, os mais destacados chefes do levantamento foram presos e, poucos dias depois, deportados para as Colónias. Os restantes fugiram para o estrangeiro, sobretudo para a Espanha e a França.

A fundação da Liga de defesa da República ficou a dever-se à iniciativa de quatro oficiais de revolta do Porto, que se refugiaram na Galiza. Aí definiram eles as bases programáticas da futura associação. Corria então, ainda, o mês de Fevereiro. Todavia, depois de terem estanciado aí uns dias, esses militares mudaram-se para Paris. Em 12 de Março já estavam lá.⁽¹⁾ Na capital francesa se fixou definitivamente. Por isso a alcunha de “Liga de Paris”.

Todos os refugiados políticos portugueses residentes em França abraçaram, a princípio, a Organização: independentes, democráticos, reconstituíntes, esquerdistas, seareiros. Numa assembleia geral havida nos fins de Maio ou nos princípios de Junho, elegeram-se a Junta Directiva. Compunham-na Álvaro de Castro, Afonso Costa, José Domingues dos Santos e Jaime Cortesão. A primeira reunião ocorreu na residência do primeiro, em 11 de Junho. Mal chegado a Paris, depois de se ter demorado em Espanha, António Sérgio completou o elenco (por eleição? por cooptação?), nos meados de Julho.

⁽¹⁾ SÉRGIO, 1987, p. 180.

2. O manifesto-programa

O documento básico da Liga, intitulado, “Manifesto ao País”, veio a lume em Julho de 1927. Era o seu manifesto-programa. Redigiu-o António Sérgio.

O manifesto, que introduzia o documento, ocupando o primeiro terço, esclarecia a revolta de Fevereiro e dava a conhecer as razões que tinham levado os refugiados políticos a criarem a Associação. Nas suas palavras, o derrube da Ditadura Militar portuguesa tornara-se imperativo da consciência cívica, não somente para os republicanos, mas também para todos os cidadãos. Muito embora tivessem participado na revolta indivíduos filiados em todos os partidos, “a maior parte dos combatentes não eram políticos na concepção particular desta palavra”. O movimento, que não selou nenhum entendimento ou pacto com as forças partidárias, “que lhes fornecesse uma passadeira para o poder”, não visava o regresso à política que precedeu o 28 de Maio, que desejava enterrada para sempre, mas sim um regime constitucional renovado, “uma vida nova, em que sofresse a indispensável reforma a estrutura das instituições parlamentares, se sanasse a vida pública, se remodelasse a economia e a educação, e um esforço conjunto fosse tentado de modo a elevar à altura dos outros povos o nível social do nosso povo. Para lá do seu alvo imediato a revolução tinha pois um sentido: renovar Portugal de cima abaixo”.⁽²⁾ o seu malogro “não foi por falta de idealismo, nem por tibieza”, mas por minguagem de munições e, acima de tudo, por excesso de nobreza de gestos. Do mesmo não se poderia gabar o Governo, de cujo lado estavam as forças reaccionárias, que usou de fúria e de selvajarias tais, que seriam até de estranhar no caso dum inimigo externo. O fracasso republicano, acreditava, não fora, todavia, definitivo: “Nós, porém, não depusémos armas: consideramos a derrota de fevereiro um adiamento, nada mais”.⁽³⁾

Como objectivos gerais, a Organização impunha-se estabelecer

⁽²⁾ MARQUES, 1976, p. 65.

⁽³⁾ Ibidem, p.66.

as liberdades públicas e levar a cabo um conjunto de reformas, de modo a “assentar o Estado em novas bases”.⁽⁴⁾

O programa ocupava os restantes dois terços do texto. Numa atitude voluntariamente democrática, estabeleceram-se contactos com os diferentes núcleos de refugiados políticos e de deportados, com vista a conhecer-se a respectiva opinião. Vista a importância dos assuntos em questão e, sem dúvida, a controvérsia dos alvitres, chegou até, em certos casos, a enviar-se um questionário sobre os pontos mais discutidos.⁽⁵⁾ Em Paris os debates foram profundos. Criou-se mesmo uma comissão que aplanasse as reservas postas pelos democráticos. De encontro daquela com estes, que foi demasiado acesso, resultou o abandono dos partidários de António Maria da Silva.

Posto por terra o regime ditatorial, começar-se-ia uma fase “curta e transitória de governação excepcional”. Durante ela, far-se-ia o restabelecimento das liberdades cívicas e o lançamento das reformas administrativa, económica e pedagógica, bem como a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte. Os membros da Organização que fossem eleitos comprometer-se-iam a defender aí as seguintes ideias: uma Câmara de Deputados, com funções legislativas, eleita por sufrágio directo de todos os cidadãos adultos do sexo masculino que soubessem ler e escrever e, ainda, pelas mulheres que tivessem um curso, órgão esse que seria dissolúvel e sujeito a um rigoroso regulamento; um Corpo Consultivo leito pelas corporações; um presidente da República eleito pelas duas Câmaras em sessão conjunta; duas sessões legislativas por ano; um Governo constituído por um presidente, que não assumiria nenhuma pasta particular, mas que responderia perante o Parlamento pela política geral, ajudado por um secretário da Presidência e por ministros, coadjuvados alguns deles, por sua vez, por subsecretários permanentes.

Eis, em traços gerais, as directrizes desse programa de governação:⁽⁶⁾

⁽⁴⁾ Ibidem, p. 66.

⁽⁵⁾ Carta de Álvaro de Castro, de 1.Abr.1927 ao gen Sousa Dias (Marques, 1975, pp. 75-76.

⁽⁶⁾ MARQUES, 1976, pp. 69-74.

— Ministério do Interior: descentralizar a administração; separar nos municípios as funções policiais, a cargo das autoridades centrais, das políticas e administrativas, próprias dos autarcas.

— Ministério da Justiça e Cultos: criar julgados municipais, com redução das comarcas ao mínimo indispensável; proceder a uma reorganização judiciária, tendo em vista a simplificação das fórmulas e a reintegração da magistratura na vida do Estado.

— Ministério das Finanças: procurar o equilíbrio orçamental; rever o monopólio dos tabacos; consignar a receita dos tabacos ao lançamento da obra de fomento.

— Ministério da Saúde e Assistência: apoiar e incentivar a iniciativa privada nestes sectores; criar um alto-comissário para a Assistência; desenvolver a assistência médica à maternidade, à infância, à adolescência e à doença; lançar uma reforma para os operários na velhice; criar a assistência aos emigrantes.

— Ministério dos Negócios Estrangeiros e do ultramar: desenvolver a cooperação com as outras nações e, particularmente, com a Grã-Bretanha, o Brasil, as nações hispano-americanas, União Sul Africana e com a Bélgica; integrar o ministério no plano de fomento nacional; resolver os problemas pendentes com a Espanha; colaborar nos trabalhos da Sociedade das Nações; reduzir ao mínimo as representações diplomáticas; conceder autonomia administrativa às províncias ultramarinas; criar um organismo de fiscalização dessa autonomia; outorgar aos governadores mais latos poderes; resolver o problema das comunicações da colónias com a Metrópole e o das moedas coloniais.

— Ministério da Defesa Nacional: fixar o material de guerra para a instrução militar, que se quer generalizada, e para as necessidades coloniais; reformular certos serviços administrativos e industriais das Forças Armadas, passando-os para o sector privado; valorizar o serviço militar no aspecto da instrução cívica, literária e agrícola.

— Ministério da Instrução: dar a prioridade a este sector; conceder especial cuidado à formação do pessoal docente; criar uma Junta de Orientação de Estudos, que desse bolsas de estudo e promovesse a investigação; valorizar o ensino primário superior; reduzir e coordenar os programas de instrução geral; remodelar as

escolas normais primárias, de modo a conferir-lhes um carácter acentuadamente profissional; adaptar os programas à escola activa; ligar a escola rural às necessidades da vida agrícola; auxiliar a instrução escolar extra-escolar, aproveitando os recursos cinematográficos e radiofónicos; desenvolver as cantinas escolares e a assistência aos alunos pobres.

— Ministério da Economia Nacional: fazer da agricultura a alavanca do levantamento económico do País; executar gradualmente um plano de melhoramentos fundiários (hidráulica, florestação, etc.); desenvolver a assistência técnica aos agricultores; facilitar a obtenção de máquinas agrícolas, reprodutores, sementes e de crédito; ensaiar a colonização patrocinada pelo Estado; promover por meio de legislação adequada a colonização por parte dos proprietários e o aumento do número destes; valorizar os incultos; aproveitar os nossos recursos hidroeléctricos e mineiros; intervir no desenvolvimento da indústria; melhorar a rede viária e os transportes; proteger a pesca e a navegação nacional; promover a cooperação voluntária do patrão com o operário; decretar providências que assegurassem o bem-estar, o desenvolvimento e o acesso à propriedade pela classe operária, dando-lhe a reforma e a necessária instrução técnica.

Tendo em vista este programa e comparando-a com os partidos tradicionais, António Sérgio podia afirmar que a Liga se formara em torno dum programa, de ideias “e não caciques”, e, comparando-a com a Ditadura Militar, que aquela “não é uma aventura, uma incógnita, uma surpresa, uma lotaria.”⁽⁷⁾

3 . O que pensava, em 1927-28, da Ditadura Militar

Segundo a Liga da Defesa da República, o golpe militar que pôs fim ao regime republicano ficou a dever-se aos erros cometidos pelo políticos (mormente democráticos), à complacência para com os oficiais monárquicos e, ainda, à ira destes para com a República. Ardilosamente,

⁽⁷⁾ Ibidem, p. 147.

os adeptos da Monarquia introduziram-se nas lutas entre os partidos republicanos, para as utilizarem a seu favor.

A intervenção das Forças Armadas na vida política foi um acto de indisciplina, uma usurpação e um perigo para a Pátria e para as próprias Forças Armadas.⁽⁸⁾

Embora não tivesse força para o fazer abertamente, a Ditadura já abolira na prática não somente a Constituição de 1911 (por esse motivo se dizia na posse da “plenitude dos poderes”),⁽⁹⁾ mas até o próprio regime republicano: “A República Portuguesa está de pé apenas nominalmente. Que resta dela mais do que a bandeira? Que outros sinais temos de que existe, além dos vivas dos ditadores à hora animada e complacente dos festins?!“⁽¹⁰⁾

A Ditadura Militar tornou-se uma tirania “pior que uma monarquia absoluta”. Ela suprimiu os direitos e garantias individuais e criou “um regime de puro arbítrio, sem directivas, sem finalidade, sem moral, tão discricionário e incerto que de balde se procura segundo nas páginas mais escuras da nossa história”.⁽¹¹⁾ Dado que “somos liberais por natureza”, a Ditadura veio ao arrepio do génio do povo português.⁽¹²⁾

No domínio administrativo, a Ditadura implantou a desonestidade de processos e a incompetência dos altos cargos;⁽¹³⁾ no financeiro, o esbanjamento e a má administração; no social, a degradação das classes trabalhadoras e liberais;⁽¹⁴⁾ no político, dividiu a Nação, encolerizou o povo, desonrou as Forças Armadas e o País, separando este do Governo, de modo a não poder fiscalizar a vida pública,⁽¹⁵⁾ internacionalmente, enfim, prejudicou Portugal nos acordos que fez com a Bélgica, sobre a permuta de territórios na foz do rio

⁽⁸⁾ Ibidem, p. 126.

⁽⁹⁾ Ibidem, p. 175.

⁽¹⁰⁾ Ibidem, p.62.

⁽¹¹⁾ Ibidem, pp. 62-63.

⁽¹²⁾ Ibidem, pp. 145 e 146.

⁽¹³⁾ Ibidem, p. 147.

⁽¹⁴⁾ Ibidem, p.63.

⁽¹⁵⁾ Ibidem, p.62.

Zaire, com a Espanha, sobre as quedas do rio Douro, e com a Inglaterra, sobre o pagamento da dívida de guerra,⁽¹⁶⁾ e, pior ainda, pôs em risco a independência nacional no acordo secreto celebrado com a Espanha riverista sobre a defesa mútua contra o bolchevismo, o qual permitia a qualquer dos dois países intervir militarmente no outro, em caso de invasão comunista.⁽¹⁷⁾

Ao contrário das restantes revoluções portuguesas, o movimento de 28 de Maio não teve um objectivo expresso e digno. Nunca por nunca, apresentou um programa que se visse. Ainda que tão frequentemente mencionado, “ninguém lhe conhece um mandamento, nem jamais se lhe ouviu citar um artigo”.⁽¹⁸⁾ Como uma bola, a Ditadura turbilhonava à toa, “ao sabor dos ventos e dos pontapés, falha de saber e de dignidade, destituída de ideias e de plano de vida”.⁽¹⁹⁾ Os monárquicos ainda não se apoderaram dela porque estão fraccionados e a consideram “um regime de transição”.

A Ditadura Militar portuguesa não se parecia com a italiana nem com a espanhola: “é muito pior, porque o mando vem em Portugal de baixo para cima, e os generais têm de obedecer aos sovietes de tenentes e aos comícios regimentais”.⁽²⁰⁾

O presidencialismo em República, enfim, apenas seria aceitável em estados federados, e as eleições presidenciais de 25 de Março de 1928 não passaram de “miseráveis mistificações”, porquanto não existiam nem liberdade de expressão, nem de reunião, nem outros candidatos para além do candidato oficial, o gen. Fragoso Carmona.⁽²¹⁾

⁽¹⁶⁾ Ibidem, pp.63, 87, 123, 139-140 e 172.

⁽¹⁷⁾ Ibidem, pp. 139-140, 148 e 162.

⁽¹⁸⁾ Ibidem, p. 164.

⁽¹⁹⁾ Ibidem, p. 147.

⁽²⁰⁾ Carta de António Sérgio a João Sarmento Pimentel, de 10.Set.1927 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 31.Mar.1977, p.I, col. B).

⁽²¹⁾ MARQUES, 1976, p. 120.

4. Os arranjos políticos e a revolução por conta própria

A derrota de Fevereiro de 1927 amoleceu o ânimo dos partidos que a sofreram. Fácil foi nessa hora a desorientação e a desunião. Assim, pressionado pelos familiares dos membros que estavam escondidos ou que tinham sido presos e deportados, o Partido Republicano Português (vulgarmente Partido Democrático) decidiu entabular negociações com o Ministro de Guerra, o ten. cor. Passos e Sousa, nos fins de Março ou princípios de Abril de 1927, e celebrar com ele um pacto político. Indiscretamente, o mencionado ministro deu conta do caso ao Governo a que pertencia.⁽²²⁾

Em Junho do mesmo ano, obcecado pelo derrube urgente do regime ditatorial, o núcleo da Corunha deliberou infiltrar-se em Portugal, a fim de activar a preparação dos trabalhos revolucionários,⁽²³⁾ sem contactar, primeiro, a Liga. A Junta Directiva convocou imediatamente Jaime de Morais, médico e capitão tenente da Marinha, o seu mais destacado elemento, para comparecer em Paris, mas este não compareceu, por ter partido também. Respondeu algum tempo depois de Portugal, onde contactou os diversos partidos republicanos, pois que pensava que a revolução se deveria fazer com eles. estabeleceu igualmente contactos com a União dos Oficiais Republicanos. Desiludido com uns e outros, certamente, fundou o Comité Militar Revolucionário. O cap. César de Almeida ficou à testa da secção do Norte, sediada no Porto. A chefia do movimento foi confiada ao gen. Norton de Matos. Decidido, mas aventureiro e um tanto individualista, Jaime de Morais lançou o Comité numa revolução por conta própria. Segundo as informações chegadas a Paris em Novembro de 1927, ele parecia preparar “um movimento revolucionário muito pessoal e muito para ele”. De resto, aos olhos de Sérgio, as ideias políticas do comandante Jaime de Morais apresentavam-se pouco ortodoxas: “Quere um govêrno que não faça nada, que trate de prestigiar (*sic*) o exército, dar-lhe material de guerra e não sei que mais”,⁽²⁴⁾ adiando a reforma

⁽²²⁾ Ibidem, pp. 13-15.

⁽²³⁾ Ibidem, p. 12.

⁽²⁴⁾ Ibidem, p.45.

administrativa para as Constituintes, a convocar passados três meses, e pensando convidar Bernardino Machado (que se demitira das suas funções em 31 de Maio de 1926) para presidente da República.⁽²⁵⁾ Nórton de Matos, por sua vez, assumia atitudes megalómanas e tortuosas e sonhava com uma Ditadura Militar Republicana. A discórdia em breve rebentou entre ambos. Como resultado, a revolta, que chegara a ter data marcada, teve de ser adiada. E por muito tempo, visto que o general foi preso nos fins de 1927 e deportado para os Açores nos meados de 1928, e o comandante detido em Abril ou Maio de 1928 e deportado também.

No meio tempo, os diferentes núcleos de deportados prepararam-se para a insurreição, esperando o sinal de Paris ou de Lisboa. Nervosos, já cansados de esperar, os núcleos dos Açores e de Angola ameaçaram, em Outubro de 1927, iniciarem eles a revolução.⁽²⁶⁾

Como consequência do seu desentendimento com a Corunha, a Junta Directiva da Liga teve a preocupação de traçar, logo nas suas primeiras reuniões, ainda em Julho de 1927, a estratégia a adoptar no derrubar do regime ditatorial: elaborar um programa de Governo, a apresentar publicamente; seguir a via revolucionária, recusando a negociação; reclamar para o órgão directivo o direito de dirigir o levantamento militar; fazer eclodir o golpe em Lisboa e fora de Lisboa, ao mesmo tempo; nomear delegados na Capital, que fizessem o contacto com os revolucionários em armas.⁽²⁷⁾ Postos estes princípios, a Associação não podia aceitar nem as propostas políticas, nem os comportamentos, quer de Jaime de Morais, quer de Nórton de Matos. Por isso enviou como seu emissário, Jaime Cortesão,⁽²⁸⁾ a fim de conferenciar com um e outro. De seguida, para esclarecer melhor o seu pensamento sobre o programa de acção do tal Governo Provisório que sucederia à Ditadura, o que parecia o pomo da discórdia política,

⁽²⁵⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 18.Jan.1928 (Baptista, 1986, p. 5; *Diário Popular*, 12.Mai.1977, p. I, col. A).

⁽²⁶⁾ MARQUES, 1976, pp. 41-42.

⁽²⁷⁾ *Ibidem*, pp. 18, 36-38 e 43.

⁽²⁸⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 18.Jan.1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 12.Mai.1977, p. I, col C).

a Liga publicou, em Novembro de 1927, o documento “Para a preparação do pós-ditadura: o cidadão e os políticos”,⁽²⁹⁾ também da autoria de António Sérgio.

Conquanto contrafeita, “para não atrasar a queda da Ditadura”, a Organização resolveu colaborar militarmente na revolta preparada por Jaime de Morais e por Nórton de Matos, aconselhando os seus membros a juntarem-se a eles. Sempre se absteve, todavia, de cobrir politicamente qualquer acção que se não subordinasse ao seu programa.⁽³⁰⁾

Outra era a estratégia do Partido Democrático, nessa altura: nos princípios de 1928, os democráticos pareciam estar entendidos com os nacionalistas e os partidários do Regime para uma pseudo-revolução, que permitisse a liberdade de imprensa e o regresso dos exilados e dos deportados.⁽³¹⁾

5. Do fracasso de Julho a uma nova estratégia

Em 9 de Julho de 1926 tomou posse o Governo de Frago Carmona. reconhecendo a necessidade dum grande empréstimo, o ministro das Finanças Sínel de Cordes começou imediatamente a fazer diligências para o obter no estrangeiro. Em meados de Janeiro de 1927, ao tomarem conhecimento da iniciativa, os partidos republicanos, sem excepção, reagiram: a União Liberal Republicana e o Partido republicano nacionalista emitiram comunicados de protesto; a chamada Frente Única, formada pelos demais partidos republicanos, redigiu e entregou uma carta na embaixada da Grã-Bretanha e nas legações da França e dos estados Unidos, chamando a atenção para a anticonstitucionalidade do acto e ameaçando não respeitar qualquer acordo, caso um dia se tornasse Governo. Irado, o Executivo prendeu os signatários da Frente Única e, ainda, os oficiais que com eles se

⁽²⁹⁾ MARQUES, 1976, pp. 148-157.

⁽³⁰⁾ BAPTISTA, 1986, p. 5.

⁽³¹⁾ Carta de Luísa Sérgio a J. S. Pimentel, de 28.Mar.1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 16.Jun.1977, pp. II-III).

solidarizaram. Alguns conseguiram fugir. Os restantes foram deportados para Cabo Verde. Não podendo suportar mais ultrajes do Regime, a frente Única levou a cabo a revolta de Fevereiro, de que já falámos.

Em 19 de Junho, uma vez já constituída entre os refugiados políticos de Janeiro e de Fevereiro, a Liga de Defesa da República endereçou uma circular às entidades oficiais e nas bancárias que se interessavam pelo dito empréstimo, repetindo o conteúdo da carta de Janeiro. As negociações entre o Governo português e os banqueiros ingleses, franceses, americanos, espanhóis e italianos sucederam-se, mas sempre sem resultado. temendo a ameaça da Liga, aqueles não só não quiseram emprestar o montante requerido, como também exigiram taxas e garantias exorbitantes.

Nessa altura, Sínel de Cordes dirigiu-se, a 2 de Dezembro, ao presidente do Conselho da Sociedade das nações, solicitando a sua intercessão junto da banca internacional. No dia seguinte, a Liga fez o mesmo. Na carta então entregue, a Associação acusava o recurso do Governo da Ditadura portuguesa como antconstitucional, por um lado, e prejudicial para a imagem da Sociedade, por outro.

A Sociedade das Nações enviou a Portugal uma Comissão Financeira, que examinasse a economia, as finanças e a administração nacionais. Esta emitiu o seu parecer técnico. Finalmente, a 7 de Março de 1928, a Comissão especial encarregada de se pronunciar sobre o pedido, com base no parecer dos peritos, deliberou favoravelmente, mas impondo condições tais, que não foram aceites por Ivens Ferraz, ministro interino das Finanças, em substituição de Sínel de Cordes, retido enfermo na cama.

Essa deliberação ficou a dever-se, em grande parte, à vasta e intensa campanha promovida pela Liga, que se multiplicou em artigos, cartas e entrevistas. António Sérgio deslocou-se mesmo a Genebra, onde actuou junto dos membros da Comissão especial. Os diferentes núcleos revolucionários “bombardearam” a Sociedade com as suas cartas. Os próprios ministros Ivens Ferraz e Sínel de Cordes reconheceram o dinamismo e o êxito da Associação de Paris.

O fiasco fez tremer o Governo de Carmona que, secundado por alguns jornais, organizações políticas, procurou dissimulá-lo, fazendo-o passar por uma vitória do seu nacionalismo.

Foi nesse contexto que decorreu a eleição de Fragoso Carmona para a presidência da República, em 25 de Março de 1928. O empossamento ocorreu a 15 de Abril. A 18, o cor. José Vicente de Freitas formava novo Governo.

O momento parecia deveras oportuno para o desejado “empurrão”⁽³²⁾ ao regime. Tomada a decisão de pegar novamente em armas, a Liga fez transportar os seus miliares de combóio para Portugal, onde conspiravam dois movimentos: um civil e outro militar. Ao anoitecer de 20 de Julho, Caçadores 7, aquartelado no castelo de S. Jorge, em Lisboa, apoiado pela artilharia aí postada, deu o sinal da revolta. Imediatamente grupos de civis atacaram diversas unidades militares da cidade. em breve, porém, as forças miliares leias ao Governo cercaram a unidade revoltosa, que foi obrigada a render-se. Os focos de revolta de Setúbal e do Entroncamento foram também dominados sem dificuldade. A revolução morria à nascença, sem ter durado sequer um dia.⁽³³⁾

O fracasso fora completo. A discórdia e o desânimo apoderaram-se novamente dos espíritos dos revolucionários. As culpas foram assacadas, mais uma vez, ao Partido democrático que, despeitado, abandonou o Comité de Paris,⁽³⁴⁾ constituído em Maio desse mesmo ano para unir as diversas forças oposicionistas.

A Organização enviou Domingues dos Santos a Portugal. Tentando abrir a porta da esperança aos seus companheiros de luta e colher as lições dos acontecimentos, António Sérgio apontou corajosamente as causas do desaire e propôs a revisão da estratégia que estava a ser adoptada. Segundo ele, a derrota devera-se principalmente à falta dum chefe político, “com um pouco de imaginação e de *previsão organizadora*. [Os que temos] não prevêm nada, não planeiam nada, não organizam nada. Toda a sua política se cifra em *aguardar os acontecimentos*, e pôr trancas na porta, de vez em

⁽³²⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 16.Mar.1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 02.Jun.1977, p. I, col.s B-C).

⁽³³⁾ PERES, Damião — *História de Portugal. Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, p. 454.

⁽³⁴⁾ MARQUES, 1973, p. 63 e 65.

quando cada vez que a casa é arrombada”.⁽³⁵⁾ Constatando também a falta de fundos para a acção revolucionária e o pacto político, que, em Agosto ou Setembro, democráticos, nacionalistas, liberais e esquerdistas haviam celebrado para tomarem lugar à Ditadura, Sérgio sugeriu que se contraísse um empréstimo no valor de 2.000 contos, a pagar pela República, quando restaurada, e que se escrevesse ao gen. Nórton de Matos para que os Açores se sublevassem e se constituísse aí uma Junta Governativa, que integraria, além do mencionado militar, o gen. Sousa Dias, o cor, Hélder Ribeiro e, ainda, um ou dois civis.⁽³⁷⁾

Consciente de que a falta de unidade fora e continuava a ser o maior de todos os estorvos à acção revolucionária, Bernardino Machado fez diligências para congregar o Partido Democrático e a Liga⁽³⁸⁾.

Entrementes, a preparação dum novo movimento militar continuava. Em Janeiro de 1929, Angola já estava pronta para o golpe, que só não aconteceu porque o Governo, desconfiado do que se estava a passar, efectuou numerosas transferências de militares, desarticulando assim a organização revolucionária.⁽³⁹⁾

Amortecido o ressentimento, os elementos do Partido democrático regressaram à união dos Exilados Republicanos ou Comité de Paris, a 6 de Maio de 1929. Do trabalho desse grupo nasceram os “Tópicos de acção comum propostos pelo Comité de Paris”⁽⁴⁰⁾ e um “Programa revolucionário e governativo”.⁽⁴¹⁾

No meio de Agosto, Bernardino Machado, a quem honorificamente continuavam a chamar de “presidente”, escreveu aos directórios dos partidos políticos, para que cada um nomeasse dois

⁽³⁵⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 06. Out. 1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 18.Ago.1977, p. II, Col. B).

⁽³⁶⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 07. Ago. 1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 21.Jul.1977, p. IV, col. C).

⁽³⁷⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 06.Out.1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 18.Ago.1977, p. II, col. B).

⁽³⁸⁾ MARQUES, 1973, p. 85.

⁽³⁹⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 28.Jan.1929 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 29.Set.1977, p. IV).

⁽⁴⁰⁾ MARQUES, 1973, p. 87.

⁽⁴¹⁾ *Ibidem*, pp. 88-101.

delegados que, na Espanha, conferenciassem com o Comité de Paris, com o fito de concertarem uma acção conjunta contra o Regime. A mensagem foi levada a Portugal por Jaime de Morais, entretanto regressado da sua deportação, a quem, a 16 de Agosto, passou também credenciais com vista a obter um empréstimo de 4.000 contos.⁽⁴²⁾ A esperança parecia novamente possível nos meios revolucionários. Todavia, por motivos que nos são desconhecidos, o Comité de Paris não voltou mais a reunir. Jaime de Morais foi a Portugal. Obteve algum dinheiro, mas em Novembro de 1931, ainda não havia prestado contas dele.⁽⁴³⁾ Sabemos que uma parte, pelo menos, foi aplicada na compra de armamento, que depois se perdeu.⁽⁴⁴⁾

6. Das revoltas de Agosto de 1931 à conferência de Beyris

Na linha da proposta de Sérgio, a revolta foi deslocada para as ilhas e Colónias onde havia deportados. Dessa feita, o movimento revolucionário começou a 4 de Abril de 1931, na Madeira, tendo passado imediatamente para S. Miguel e para a Terceira, nos Açores e, a 17, para a Guiné. O Governo do gen. Domingos Oliveira culpou a Liga, “íntimamente conluiada com o revolucionarismo espanhol”,⁽⁴⁵⁾ da acção. O golpe, todavia, falhou de novo, tendo a rendição ocorrido antes de 20 nos Açores, a 2 de Maio na Madeira e a 7 na Guiné.

No entretanto, a 12 de Abril, os republicanos espanhóis venceram as eleições municipais. A 14, como o rei Afonso XIII fugisse de Madrid, os vencedores proclamaram a República. O facto abria novas perspectivas aos republicanos portugueses, que com os chefes daqueles tinham convivido e conspirado no exílio, mormente em França. Jaime Cortesão e Jaime de Morais vieram para a capital espanhola, onde já se encontravam Moura Pinto e muitos outros. Aí se estabeleceu um

⁽⁴²⁾ Ibidem, pp. 102-104.

⁽⁴³⁾ Ibidem, p. 119.

⁽⁴⁴⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 09.Jan.1931 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 03. Nov. 1977, p. VII, col. B).

⁽⁴⁵⁾ *Diário da Manhã*, 12. Abr. 1931, p. 1; 18. Abr. 1931, p. 1.

posto avançado da Liga de Defesa da República, então já em fase bastante apagada. Foi ele que, de imediato, formou um grupo de informação, que fornecia notícias sobre a revolta da madeira, Açores e Guiné e sobre o regime ditatorial português.

O momento parecia mais propício do que nunca para a revolução: exemplo da Espanha, apoio do Governo republicano espanhol, proximidade geográfica. Assim nasceu a ideia da revolta de 26 de Agosto de 1931. Comandaram-na o cor. Utra Machado e o com. Sarmiento de Beires. Também ela se saldou por uma derrota. Era a quarta e última derrota das forças republicanas e, com elas, da sua frente-guia, a Liga de Paris.

Em consequência, mais uma vez se acirrou a desavença entre os refugiados, sobretudo em Espanha. Desta vez, ela azedou-se entre os velhos republicanos, entre os quais pontificavam Jaime Cortesão, Jaime de Morais e Moura Pinto, a quem alcunharam de “budas” e a geração mais nova. Esta acusava os primeiros de velhice, secretismo, inactividade e de caciquismo. Da roda dos budas faziam parte Fidelino Costa, César de Almeida, ten. Alexandrino dos Santos, o dr. Filipe Mendes, Marques da Costa, cap. Jaime Baptista, ten. Araújo, ten. de eng. Costa Pereira, ten. cor. Garcia, João Pedro dos Santos, Basílio Lopes Pereira, ten. Oliveira Pio, Camilo Cortesão, Carlos Patrício, Joaquim da Silva, Oliveira Santos, eng. Luís Melo Borges, cap. Nuno Cruz, Dr. Carneiro Franco, dr. Lacerda de Almeida, cor. Utra Machado e Manuel António Correia, seu delegado em Lisboa. Diziam-se com homens, armamentos e recursos incomparáveis e, ainda, com apoio de várias unidades, entre as quais as de Lisboa e do Porto. A geração mais jovem, que a si própria se baptizava de “antibudas”, era acusada de ser partidária de José Domingues dos Santos e de, sob o comando do cor. António Ribeiro de Carvalho, não saber fazer outra coisa senão adiar a revolução.⁽⁴⁶⁾ Ao seu número pertenciam além do referido militar, o cor. José da Conceição Mascarenhas, o com. A. Agatão Lança, o eng. C. Frazão Sardinha, o dr. J. Pires de Carvalho o eng. Júlio Fúria Lapa, o dr. João dos Santos Monteiro, o com. F. Arantes Pedroso, o

⁽⁴⁶⁾ PIMENTEL, s. d., p. 326.

eng. A. Pimenta de Castro, Vasco da Gama Fernandes e Manuel Vasques. A animosidade entre os dois grupos levou alguns a desafiarem-se em duelo, a realizar após o regresso a Portugal.

Almejando ultrapassar o fosso que os desunia, António Sérgio convocou um encontro para Vigo em Julho de 1931. A Liga de Paris enviou lá dois representantes. Ignoramos, todavia, se o encontro chegou a realizar-se ou não. Parece que não.

O tempo decorria. A união tornava-se cada vez mais presente para sustentar os revolucionários, já meio desanimados, e vencer os ditadores. Um grupo de oficiais ameaçou até entregar-se à Ditadura, “se não vissem imediatamente realizada a união dos republicanos”.⁽⁴⁷⁾ Foi então que Bernardino Machado convocou uma conferência de todos os núcleos de refugiados para Beyris, na França. A seu ver, as causas dos sucessivos falhanços da revolução, por todos no entanto querida, tinham sido a militarização da acção revolucionária, a falta de propaganda política, a desagregação da autoridade, a falta de fundos financeiros, a múngua de acção política e a autonomia das organizações revolucionárias em relação à autoridade política e civil.⁽⁴⁸⁾ Em Beyris se tomaram, em 22 e 23 de Novembro de 1931, as seguintes soluções: formar uma comissão organizadora do Comité Supremo, constituída por todos os presentes na reunião; efectuar um empréstimo revolucionário; congregar os elementos desavindos em Espanha; elaborar um manifesto político; estudar o esquema de acção revolucionária, segundo a proposta de Cunha Leal; procurar a colaboração, solidariedade e complementaridade da Aliança republicana e Socialista,⁽⁴⁹⁾ nascida havia pouco.

A situação, contudo, pouco ou nada melhorou. Meio ano depois, em Julho de 1932, o núcleo da Galiza (Tui, Vigo e La Corunha) pediu a Afonso Costa e a Domingues dos Santos que lhe dessem a conhecer o seu pensar acerca da revolução e, concretamente, se pensavam que ela

⁽⁴⁷⁾ MARQUES, 1973, p. 126.

⁽⁴⁸⁾ Ibidem, pp. 111-113.

⁽⁴⁹⁾ Ibidem, pp. 130-131 e 124-125.

ainda era possível, de que modo o seria e quanto tempo seria necessário para prepará-la.⁽⁵⁰⁾

Talvez convencido pela opinião daqueles dois autorizados chefes políticos, o núcleo galego constitui, em meados de 1932, a união dos Combatentes Republicanos. Na linha do seu alvitre, formou-se um Comité Supremo Político integrado por Bernardino Machado, Afonso Costa, Domingues dos santos, Cunha Leal e outros. Não sabemos o que esse órgão chegou a realizar. Sabemos sim, que em Novembro desse mesmo ano, a situação se apresentava deste jeito, segundo a descrição de Arantes Pedroso:⁽⁵¹⁾

“Ha um Comité Superior Político, que não manda e muitos grupos que não obedecem e se guerreiam. Os nossos melhores elementos, aqueles que tantas vezes se tem batido pela República, são postos à margem e naturalmente, alheiam-se de tudo o que seja intriga ou preparação revolucionaria.

Não ha espírito revolucionario e todos se julgam no direito de mandar. Casa onde não ha pão todos ralham e ninguém tem razão. É bem o que se está passando. A miséria é grande, havendo emigrados que comem uma vez ao dia, nas cosinhas dos pobres. De Portugal não mandam nem um centavo, havendo uma criminosa indiferença por todos aqueles que tanto se tem sacrificado e porque são homens de carácter.

Os emigrados que aqui vivem quasi todos pertensem ao numero daqueles que ja não tem ilusões revolucionarias. O centro da intriga e dos pseudo-movimentos revolucionarios encontra-se em Madrid.”

⁽⁵⁰⁾ Ibidem, pp. 240-246.

⁽⁵¹⁾ Carta ao gen. Sousa Dias, de 19.Nov.1932 (Marques, 1975, pp. 268-269).

6. O empréstimo revolucionário

Havia muito que se fazia sentir a minguada de fundos para apoiar a acção revolucionária, isto é, para comprar material de guerra, pagar as despesas da preparação do golpe militar e assistir aos refugiados. Assim nasceu a ideia dum empréstimo revolucionário, apagar pela República, após a sua restauração. Sérgio falava, em meados de 1928, depois do fracasso do castelo de S. Jorge, num empréstimo de 2.000 contos, a contrair em obrigações de 1.000 escudos, ao juro duns 7%.⁽⁵²⁾ Em 16 de Agosto de 1929, como vimos, o Comité de Paris credenciou o com. Jaime de Moraes para obter um de 4.000 contos em Portugal. Parece que este conseguiu apenas uma parte.

Mas era na Espanha republicana que a operação se afigurava mais fácil, pois que podia contar com o apoio moral do Governo. Tentou-o Moura Pinto, ajudado por Jaime Cortesão e por Jaime de Moraes; em Novembro de 1931, porém ainda não havia conseguido. Iniciativa semelhante de José Domingues dos santos fracassara igualmente. Como nessa data os refugiados na Espanha passassem grandes privações (Cunha Leal chegou a afirmar no Comité de Paris que, “se não conseguirmos solucionar esse problema (o da alimentação [...]), naturalmente vamos para a transição, porque muitos se nos escapam”⁽⁵³⁾), o Comité de Paris decidiu apressar o processo do empréstimo, dentro ou fora de Portugal, “fosse como fosse, inclusive nos Sovietes”.⁽⁵⁴⁾ As condições aceitandas seriam as melhores para o Tesouro Público, ou seja aquelas que um Estado costumava dar, excluindo apenas as que haviam tomado junto da opinião pública portuguesa uma conotação política, tais como os tabacos, as quedas do rio Douro e as gasolinas.⁽⁵⁵⁾ Coube aos “budas” a missão de o tentar levar a cabo. Foram prestamistas Horácio Echevarrieta, um capitalista basco, e Léon Soulin, de nacionalidade francesa. A primeira fatia

⁽⁵²⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 07.Ago.1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 21.Jul.1977, p. IV, col. C).

⁽⁵³⁾ MARQUES, 1973, p. 123.

⁽⁵⁴⁾ *Ibidem*, pp. 121-122.

⁽⁵⁵⁾ *Ibidem*, pp. 129 e 131.

permitiu a compra, em Janeiro de 1933, ao Consórcio de Indústrias Militares espanhol, com a benevolência do Executivo de Azana, de armas e munições no valor de 253 428 pesetas (cerca de 760 contos). A segunda, no montante de 500 000 pesetas (1.500 contos aproximadamente), destinou-se à preparação do golpe e à assistência aos refugiados em dificuldades.⁽⁵⁶⁾

O material assim obtido ficou escondido em Cádiz. Por motivos escuros, em Setembro-Novembro de 1934, foi levantado e transportado em barco para as Astúrias. Ao ser descarregado no porto de destino, foi detectado e apreendido em San Estevan de Právia pelas autoridades marítimas. Instruiu-se um processo, em que foram ouvidos, além dos que nele estavam directamente implicados no caso, o ex-presidente Azana e o ex-ministro da Defesa Indalécio Prieto. Moura Pinto e Horácio Echevarrieta foram presos. Jaime Cortesão e Jaime de Morais fugiram para a Argélia.⁽⁵⁷⁾

8 . As suas várias actividades

Como referimos, a Liga de Defesa da República pretendia congregiar numa frente única, mas aberta e duradoura, todos os republicanos em oposição à Ditadura. A sua Junta Directiva integrava personalidades representativas dos agrupamentos políticos e intelectuais mais importantes. O seu manifesto-programa foi redigido com vasta participação dos núcleos de refugiados e de deportados. A fim de estabelecer contactos com os diferentes partidos e movimentos militares vivendo e actuando na Metrópole, nomeou delegados seus em Lisboa. Contactou por carta ou por interposta pessoa personalidades de relevo da vida pública portuguesa. Quando surgia alguma dificuldade relevante, enviava emissários com mensagens suas. Jaime Cortesão, Jaime de Morais (por duas vezes), Domingues dos Santos e até um francês foram mensageiros da Liga. Relacionou-se com os movimentos militares que foram aparecendo uns após outros: União

⁽⁵⁶⁾ ALVES, 1935, p. 144.

⁽⁵⁷⁾ Ibidem, pp. 7-8, 52-57 e 109.

dos Oficiais Republicanos, Comité Revolucionário Republicano, etc. Manteve-se em contacto permanente com os diferentes núcleos de refugiados e de deportados portugueses, nomeadamente na Espanha, Ilhas, Colónias e Brasil. Deu-lhes mesmo as suas orientações. Deste modo se explica que Genebra tivesse sido “bombardeada” por cartas, no momento em que a Sociedade das Nações ia deliberar sobre o empréstimo ao nosso País.

A união política dos oposicionistas foi sempre um objectivo distante. Causas: a dispersão, a falta de meios de comunicação, a censura e a repressão por parte do Regime, o comportamento sinuoso do Partido democrático e o individualismo de alguns e a falta de uma autoridade política forte. As deficiências empobreceram o percurso da Instituição.

À Liga de Paris pertenceu, ainda que dum modo um tanto informal, imposto pelas circunstâncias, a coordenação superior do planeamento da actividade revolucionária. Não houve nenhum levantamento militar armado sem o seu conhecimento e, até, orientação. Os deportados nas Ilhas e Colónias consultavam-na a cada passo. António Sérgio considerou a derrota do castelo de Lisboa, em 20 de Julho de 1928, a segunda derrota militar da Liga.⁽⁵⁸⁾ Sedeada longe de Portugal, porém, a execução de cada golpe ficou a cargo dos conspiradores aqui residentes. Só os seus delegados, por certo, aconselharam algumas normas. Não admira, pois, que a Organização tivesse reprovado a aventura individualista de Jaime de Morais, em 1927-28. Faltou, contudo, à Liga um estratega militar, um chefe político com capacidade de previsão, um Mouzinho da Silveira.⁽⁵⁹⁾

Uma das actividades a que a Liga deu mais atenção foi a propaganda. Criou até um serviço dela, de que Álvaro de Castro e, de seguida, Álvaro Pope foram nomeados responsáveis. Foi a pensar na difusão do seu ideário que a Instituição redigiu o seu manifesto-programa, em Julho de 1928, e que, ainda no segundo semestre de

⁽⁵⁸⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel de 30.Jun.1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 14. Jul.1977, p. I).

⁽⁵⁹⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 07.Ago.1928, 06.Out.1928 e 15.Ago.1929 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 21.Jul.1977, p. IV, col. C; 18.Ago.1977, p. II, col. B; 20.Out.1977, p. VII, col. B).

1927, Sérgio redigiu a “Carta aberta aos oficiais após-Ditadura: o cidadão e os partidos políticos”.⁽⁶⁰⁾ Ela queria que os portugueses soubessem que ela tinha um programa, e um programa novo. Mais tarde, estimulada talvez pelo fracasso sofrido pela Ditadura em Genebra, lançou a lume, para conquistar os republicanos “A Liga de Defesa da República”, dando-lhes conta dos seus objectivos e actividades⁽⁶¹⁾.

Publicou o jornal *A Revolta*, em duas série, em 1926 e 1927, mas que teve de suspender por causa da impossibilidade de o colocar em Portugal. Os seus membros, sobretudo António Sérgio, Afonso Costa, Álvaro de Castro e Bernardino Machado, escreveram artigos em jornais e deram entrevistas, atacando o regime vigente no País. O núcleo de Madrid mostrou-se igualmente activo neste particular, depois de Abril de 1931. A liga subsidiou as viagens do jornalista belga Maximilien Brézol a Portugal, com o intuito de fazer uma reportagem política. Dela nasceu o livro *Portugal. D'où Partirent les Caravelles...*, que a mesma fez, depois, editar. Sérgio conseguiu também que as Presses Universitaires de France editassem o livro *La Dictature Militaire au Portugal. Impressions d'un Français Retour de Lisbonne*, da autoria de Georges Guyomard, que, convidado pelo Regime para organizar a polícia política portuguesa, a breve trecho se incompatibilizou com os ditadores, depois de ter concluído que eles “eram uma súcia de imbecis e de criminosos”.

A situação, por seu lado procurou responder-lhe lançando a sua contra-informação. Assim, em 23 de Janeiro de 1928, o ministério das Finanças acusou os seus membros de serem os responsáveis pelo desequilíbrio financeiro português e de serem antipatriotas. Aquela deu-lhe resposta em Fevereiro. Meses depois, a 4 de Julho, o jornal *O Imparcial* acusou-a de ter ligações com os bolchevistas. A resposta veio a 26⁽⁶²⁾. Como se isso não bastasse, a Polícia de Informação assaltou um escritório de António Sérgio em Paris, retirando-lhe documentos.

⁽⁶⁰⁾ MARQUES, pp. 136-148.

⁽⁶¹⁾ Ibidem, pp. 121-124.

⁽⁶²⁾ Ibidem, pp. 76-84 e 84-85, respectivamente.

Esta preocupação da Liga, tão acentuada em 1927-28, foi posteriormente menosprezada a favor da acção militar.

Outra actividade que, vistas as circunstâncias, a Organização se viu forçada a desempenhar foi a assistência aos refugiados. No que ao núcleo de Paris diz respeito, os seus membros, a princípio, eram apoiados pelos correligionários que ficaram em Portugal. Como, a partir de certa altura, essa ajuda tivesse começado a falhar, criou-se um serviço de assistência, que foi confiado a Álvaro de Castro. Já funcionava em Maio de 1927. Mais tarde, instituiu-se uma comissão de assistência, dirigida por Sérgio. Para angariação de fundos recorreu-se a pedidos ao Brasil, Ilhas, Colónias e Portugal Continental. Sérgio, todavia, resolveu radicalmente o problema, arranjando emprego para os seus camaradas. Assim que todos o tiveram, dissolveu-se a comissão. Algum caso que aparecesse no futuro ficaria a cargo da Junta Directiva.

Em Madrid a assistência estava confiada aos “budas” e particularmente a Jaime Cortesão, que, graças ao seu empenho e conhecimentos, obteve subsídios do Estado espanhol, de instituições oficiais e de entidades particulares. Pessoas houve que se queixaram da sua partilha.⁽⁶⁴⁾ Foi a pensar no caso espanhol que (sobretudo na Galiza?) que o Comité de Paris decidiu acelerar a contracção do empréstimo revolucionário, como dissemos.

A intervenção mais espectacular da Associação consistiu na obstrução ao empréstimo externo que o Governo de Carmona quis contrair através da Sociedade das Nações, de que já e ainda iremos falar.

Por tudo isto, Afonso Costa poderia afirmar em Novembro de 1931: a Liga de Defesa da República “tem passado, programa e trabalhos de importância e cuja acção é a de maior vulto que até hoje tem havido no estrangeiro contra a Ditadura, só não sendo absolutamente completa porque certos republicanos não quiseram entrar nela”.⁽⁶⁵⁾

⁽⁶³⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 30.Jul.1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 14.Jul.1977, p. VII.

⁽⁶⁴⁾ Alves, 1935, pp. 71-84.

⁽⁶⁵⁾ MARQUES, 1973, p. 114.

9. Ainda o empréstimo externo

Já narramos a intervenção que a Liga da Defesa da República teve na obstrução externa à Ditadura. Perguntamos agora: Porquê um tamanho empenhamento da Instituição no caso?

Segundo a Liga, as dificuldades financeiras que se faziam sentir em 1927-28 deviam-se, antes de mais, aos erros cometidos pela Ditadura Militar e, concretamente, ao seu esbanjamento a rodos, ao sustento de parasitas, à acumulação de vencimentos por parte dos seus dirigentes, às excessivas despesas, principalmente militares, e aos seus contínuos erros financeiros. A prova estava em que “a situação financeira, quando a ditadura subiu ao poder, era boa e o último ministro das finanças constitucional tomou providências necessárias e suficientes para se obter o equilíbrio orçamental no fim do ano financeiro 1926-27. Em vez desse equilíbrio, a ditadura deu-nos o *deficit* igual a metade das receitas totais do Estado”.⁽⁶⁶⁾

O Regime procurava colmatar o buraco orçamental e lançar um conjunto de obras de vulto, que lhe permitisse conquistar as simpatias do povo e desse modo se consolidar.

O requerimento do patrocínio da Sociedade das Nações para conseguir o empréstimo de 12 milhões de libras só aconteceu depois de Sínel de Cordes ter batido em vão a diversas portas da Europa e dos Estados Unidos. Vistas as pesadas exigências que lhe foram postas, o recurso a Genebra era “para repelir os escrúpulos dos banqueiros e para enfraquecer no nosso povo a confiança da lei⁽⁶⁷⁾ [que não permitia empréstimos]”. A Ditadura procurava, destarte, contornar o escolho institucional, buscando a força politico-moral que não tinha, naquela prestigiada instituição internacional⁽⁶⁸⁾.

Foi para criar uma favorável atmosfera internacional que o regime ditatorial celebrou, à pressa, no primeiro de Janeiro de 1927, um acordo com o Reino Unido sobre a liquidação da nossa dívida de

⁽⁶⁶⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 27.Abr.1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, de 23.Jun.1977, p. IV, col. C).

⁽⁶⁷⁾ MARQUES, 1976, p. 94; ver ainda pp. 107-108.

⁽⁶⁸⁾ BAPTISTA, 1986, p. 6.

guerra e concedeu tão prodigamente o que os países estrangeiros nos requestavam, a saber: parte da foz do Zaire aos belgas, por permuta, e as quedas do rio Douro aos espanhóis.

Fosse como fosse, o empréstimo não poderia concretizar-se: primeiro, porque, destinando-se a tapar um buraco do orçamento, se tornava financeiramente errado; segundo, porque ia contra o nº 4 do art.26º da Constituição em vigor, por um lado, e contra o art. 5º das resoluções propostas pela Comissão dos Créditos Internacionais e adoptadas por unanimidade pela Conferência Financeira Internacional de Bruxelas, de 1920, segundo a qual “l’assistance financière ne pourra être tous les groupes de citoyens”,⁽⁶⁹⁾ terceiro, porque, reconhecendo “que se não goza de crédito suficiente para se obter um empréstimo no estrangeiro sob razoáveis condições” atitude que equivalia a “uma declaração de incapacidade e de impotência”, era politicamente desastroso e provocava a cobiça de certos países pelas nossa possessões ultramarinas.⁽⁷⁰⁾ Posto isto, a Nação jamais reconheceria um tal empréstimo, e a Liga, quando fosse Governo, não o honraria.

Acreditava a Liga de Paris que “a nação portuguesa [era] absolutamente capaz de resolver os problemas nacionais, incluindo os problemas financeiros, sem ter necessidade nenhuma de intervenção estrangeira.⁽⁷¹⁾ “Na sua ideia, a solução da crise financeira era essencialmente política: “o problema financeiro só se restabelecerá entre nós com o regresso à ordem e ao equilíbrio político da República parlamentar”.⁽⁷²⁾ Como tal, urgia atacar o mal pela raiz, ou seja a própria Ditadura Militar.

⁽⁶⁹⁾ Carta de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 15.Abr.1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 03.Mai.1977, p. I). Nota: por lapso, a carta está datada de 1927, mas é evidente pelo seu conteúdo que é de 1928.

⁽⁷⁰⁾ MARQUES, 1976, pp. 107, 112-113, 172 e 177.

⁽⁷¹⁾ *Ibidem*, p. 6.

⁽⁷²⁾ Carta de Bernardino Machado ao presidente do Conselho da Sociedade das Nações, de 05.Set.1928 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 10.Nov.1977, p. VII).

10. O seu desaparecimento

Afirmámos por vezes repetidas que a Liga de Paris tinha como objectivo primeiro o estabelecimento de uma frente única de todos os republicanos para o derrube da Ditadura e a restauração da República democrática e parlamentar. Bem vistos os factos, havemos de reconhecer que ela falhou nos dois escopos, pois que nem reuniu os republicanos nem derrubou o regime ditatorial.

A elaboração do manifesto-programa, nos meados de 1927, a formação do Comité de Paris, nos meados de 1928, e a promoção da Conferência de Beyris, em Novembro de 1931, foram as três mais notórias tentativas de união dos oposicionistas ao Regime. Por detrás dos sucessivos malogros, esteve sempre o comportamento magoado e sinuoso do Partido Democrático. Este, que ficara melindrado com os demais partidos, por, a seu ver, terem criado o ambiente propício à intervenção das Forças Armadas, em 28 de Maio de 1926, desejava, pelo menos a princípio, o regresso puro e simples ao período anterior ao golpe militar (ao “antóniomaria-silvismo”, como lhe chamava, com graça, António Sérgio).⁽⁷³⁾ Como partido absolutamente maioritário, o Partido Republicano sentia-se com direito a dirigir o movimento de oposição ao Regime, pelo que nunca viu com bons olhos a Liga de Paris, onde estava representado o Partido da Esquerda Democrática, seu figadal inimigo, e onde os partidos estavam subalternizados. Em consequência, a sua estratégia consistia em acordos com outras forças democráticas, dentro do País.

Mesmo sem abandonarem a Liga ou sem dela se dissociarem explicitamente, correntes e indivíduos houveram que prosseguiram em sustentar projectos políticos dissemelhantes. De S. Paulo, onde se exilara, Sarmiento Pimentel constatou-o facilmente nas certas que ia recebendo, “Uns querem ansiosamente o poder, outros desejam governar com determinado fim e esperam serenamente o momento próprio para realizações”.⁽⁷⁴⁾

O facto de a Organização haver, a partir de 1929, descurado a

⁽⁷³⁾ SÉRGIO, 1987, p. 184.

⁽⁷⁴⁾ BAPTISTA, 1986, p. 7.

informação, a formação e a propaganda ideológica em favor do aspecto militar faz com que se tivesse gerado, pouco a pouco, o desânimo, a confusão e a desinteligência entre os seus membros. Em Espanha era evidente, em 1931, a desarmonia entre o núcleo de Madrid e o da Galiza. Embora não tenhamos dados suficientes e probos sobre o que se passava na Capital espanhola, o certo foi que os “budas” não só souberam unir os refugiados que aí moravam, como até semearam a divisão.

De resto, a unidade não era coisa nada fácil nas circunstâncias em que então se vivia, por causa da enorme dificuldade de comunicação com que se debatiam. Motivos: a distância física e a diversa repressão do Regime.

Passemos ao falhanço militar. As jornadas de 20 de Julho de 1928, 4 de Abril e 20 de Agosto de 1931 traduziram as sucessivas derrotas das forças afectas à Liga ou, pelo menos, à Oposição. A partir de 1931, essas tentativas nem sequer voltaram a repetir-se.

Porquê também um fracasso militar? Este deveu-se, antes de mais, segundo cremos, à falta de uma acção política (em sentido lato) dinâmica, contínua e coordenada, tanto nos países do exílio, como no interior do País. António Sérgio focou outrossim a falta de uma classe política esclarecida, actuante e prática e, ainda, dum “verdadeiro chefe, político ou militar”, um Mousinho da Silveira, que fosse capaz de programar a acção e de a executar com visão.⁽⁷⁶⁾ Depois, a desunião política traduzia-se necessariamente na acção. Mais: os militares, acreditando mais nas armas do que nas ideias e palavras, trouxeram ainda melhor divisão. Um ou outro entregou-se mesmo a aventuras individualistas, como vimos. Os chefes militares, obcecados pela pressa e espartilhados pelo sigílio, não mediram bem as forças com que podiam contar, deixando uma larga margem de manobra ao acaso. As derrotas consecutivas, adiando a vitória para data incerta, provocou o

⁽⁷⁵⁾ Carta de Arantes Pedroso ao gon. Sousa Disa, de 19.Nov.1932 (MARQUES, 1975, p. 269; ALVES, passim).

⁽⁷⁶⁾ Cartas de A. Sérgio a J. S. Pimentel, de 07.Ago.1928, 02.Set.1928 e 15.Ago.1929 (*Diário Popular. Letras e Artes*, 21.Jul.1977, p. IV, col. C; 18.Ago.1977, p. II, col. B; 20.Out.1977, p. VII, col. B).

desânimo e o esgotamento dos recursos monetários e proporcionou à Ditadura tempo suficiente para melhorar a sua defesa. Esta, enfim, além da preocupação defensiva, soube até passar ao ataque ideológico, acusando a Liga de Paris de amante do bolchevismo, antipatriótica e defensora do federalismo ibérico, e criar organizações de carácter político (Liga 28 de Maio e União Nacional). A entrada de Oliveira Salazar no governo veio trazer ao Regime a base financeira e ideológica de que ele precisava para a vitória final.

Não sabemos em que data se deu o desaparecimento da Liga de Defesa da República. Já constatámos que a sua actividade se paralizou bastante a partir de meados de 1928. O decreto nº 21 943, de 5 de Dezembro de 1932, da autoria do Governo de Oliveira Salazar, que amnistiou a maioria dos revolucionários e trouxe de volta ao país, por certo que lhe roubou o grosso dos seus membros. Terá desaparecido nessa altura? Em Setembro de 1934, o núcleo de Madrid (já então sem qualquer ligação à Liga) ainda sobrevivia. O caso das armas apreendidas pelas autoridades espanholas seu-lhe, todavia, mais um (o último?) abalo.

Bibliografia

- ALVES, Ferro — *Os Budas. O Contrabando de Armas*, Lisboa, s. e., 1935.
- BAPTISTA, Jacinto (Edição de) — *Dois Grandes Portugueses — António Sérgio e João Sarmento Pimentel — Contra a Ditadura* (Separata do Boletim Amigos de Bragança, XXXI ano, 8ª série, nº2-4, Junho a Dezembro de 1986, s. 1., s. d..
- BAPTISTA, Jacinto (Publicação de) — “Para a história da oposição democrática à ditadura. Cartas de António Sérgio ao capitão Sarmento Pimentel”, *Diário Popular. Letras e Artes*, 03.Mar.- 09. Out. 1977.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (Organização de; com a colaboração de A. Sousa Dias) — *O general Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura (1926-1931)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975.

- MARQUES, A. H. de Oliveira (Organização e notas de) — *A Liga de Paris e a Ditadura (1927-1928). A Questão do Empréstimo Externo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (Organização, prefácio e notas de) — *A Unidade da Oposição à Ditadura (1928-1931)*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1973.
- PIMENTEL, João Sarmento — *Memórias do Capitão*, Porto, Editorial Inova, s. d..
- SÉRGIO, António — *Correspondência pra Raúl Proença* (Organização e Introdução de José Carlos Gonzalez), Lisboa, Publicações D. Quixote e Biblioteca Nacional, 1987.
- SOARES, João — *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné (4 de Abril a 2 de Maio de 1931)*. *Documentos*, Lisboa, Perspectivas e Realidade, 1979.